

Assunto: Assembleia faz história há 179 anos	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: ÚLTIMAS	Seção/Repórter: Andrea Cantarelli
Página: A2	Data: 10/04/2014

últimas



Representantes de todos os poderes cortaram o bolo

Assembleia faz história há 179 anos

Presidente frisou que desde 1835 vários setores do Legislativo lutavam por emancipação

ANDREA CANTARELLI
Especial para o Diário

Um show pirotécnico na frente da Assembleia Legislativa de Pernambuco encerrou a sessão solene em homenagem aos 179 anos da Casa, ontem à noite, seguido de parabéns ao redor do bolo com representantes de todos os poderes de Pernam-

buco. O presidente da Assembleia, Guilherme Uchôa (PDT), abriu a reunião, frisando a importância do Legislativo, instalado em 1835 e que naquela época vários setores lutavam por emancipação. "Salve a democracia, salve o Poder Legislativo, salve a Casa Joaquim Nabuco", vibrou.

Uchôa enumerou algumas inovações instaladas na Assembleia (novos prédios e o concurso público) como grandes conquistas para o povo. "O último concurso foi realizado há 16 anos. Agora temos provas com mais rigor e critério", explicou. Também lem-

brou da participação da Casa "no crescimento de Pernambuco" e que o trabalho realizado pelos deputados tem o intuito de dar o retorno satisfatório à população.

O líder da oposição, Sérgio Leite (PT) ressaltou a ampliação da luta pelos direitos humanos da mulher na Assembleia, com o trabalho das deputadas e da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e Waldemar Borges (PSB), líder governista da Casa, disse que "sem embates e debates de ideias não existe democracia."

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), o de-

sembargador Frederico Neves, esteve na cerimônia, depois de encontro com o governador João Lyra Neto, na tarde de ontem. Na reunião, Lyra conheceu melhor o projeto de descentralização do TJPE e mostrou-se animado com a escolha de Caruaru para implantação da primeira câmara, se a pauta for aprovada. Também estavam no evento, o secretário da Casa Civil, Luciano Vasquez; o embaixador, Isnard Penha Brasil; o presidente do TCE-PE, Valdeci Pascoal; o presidente do TRE-PE, o desembargador José Fernandes Lemos; e a vereadora Michele Collins (PP).

Assunto: Visita de João Lyra ao TJPE	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: POLÍTICA	Seção/Repórter: Júlia Schiaffarino
Página: A5	Data: 10/04/2014

política

Agricultura terá reforço na gestão estadual

JÚLIA SCHIAFFARINO
juliaschiaffarino.pe@dabr.com.br

Se uma secretaria terá visibilidade na gestão João Lyra, essa será a de Agricultura. Após a primeira grande reunião dele com o alto escalão, ocorrida ontem, Pernambuco passou a ter três novos objetivos estratégicos. A orientação é que todos priorizem o interior do estado. “O primeiro objetivo é fortalecer as micro e as pequenas empresas (especialmente fora da Região Metropolitana); o segundo está voltado para a promoção da convivência com o semiárido; e o terceiro é interio-

rizar a economia do conhecimento, que tem a ver com levar o Porto Digital para o interior”, informou o secretário de Planejamento, Frederico Amâncio.

“Pesquisas vão continuar sendo feitas; vamos continuar com carros-pipa. Mas vai haver a transição para um novo investimento que vamos trazer para esses territórios produtivos”, disse o secretário de Agricultura, Aldo Santos, que informou ter um orçamento em torno dos R\$ 450 milhões. Aldo pretende identificar os perfis de empreendimento de cada região e planeja ir a

Brasília na próxima semana em busca de convênios com o governo federal.

A reunião do governador com os secretários durou mais de quatro horas. A equipe foi informada que, em vez de seis semanas, o monitoramento passa a ser mensal, com reunião todas as quartas-feiras. João Lyra assumiu o governo de Pernambuco no dia 4 de abril no lugar de Eduardo Campos, que deixou o cargo para ser candidato à Presidência da República. Ontem ele visitou a Assembleia Legislativa e o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE).

Assunto: Micro herdará funções da secretaria externa

Veículo: Folha de Pernambuco

Editoria: POLÍTICA

Seção/Repórter: Carol Brito

Página: 4

Data: 10/04/2014

Política

Governador reúne equipe para definir organograma

Micro herdará funções de secretaria extinta

■ **JOÃO LYRA** pede a deputados estaduais que apressem a votação do projeto que cria a nova pasta

CAROL BRITO

Na sua primeira semana à frente do Executivo estadual, o governador João Lyra Neto (PSB) realizou sua primeira reunião administrativa com o novo secretariado estadual para acertar os pontos do início da sua gestão. Entre os pontos acertados, estão as mudanças no organograma estadual com a criação da Secretaria da Micro e Pequena Empresa substituindo a pasta de Governo. A nova estrutura, comandada por Osiris Caldas, herdará o orçamento e estrutura da antiga pasta. Apenas algumas atribuições do antigo órgão serão divididas no organograma estadual. O socialista ainda se comprometeu em não aumentar o número de cargos comissionados.

Numa outra alteração, a Casa Civil ficará com a área política, além de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, que eram atribuições da antiga Secretaria de Articulação Regional. Já alguns órgãos do segundo escalão da pasta de Trabalho, Qualificação e Empreendedorismo também irão para a pasta de Micro e Pequena Empresa.

Em visita à Assembleia Legislativa, ontem, João Lyra Neto pediu que os deputados estaduais deem prioridade à votação do projeto que modifica o organograma do Governo. A pretensão é que a matéria seja aprovada antes da Semana Santa. "Conversei com deputados e



Bruno Campos

SOCIALISTA fez ontem uma visita de cortesia aos desembargados do TJPE

Folha resume

Os secretário Osiris Caldas já está nomeado, mas a criação da pasta de Micro e Pequenas Empresas ainda precisa ser aprovada pela Assembleia Legislativa. Porém o governador João Lyra já definiu a divisão de funções que hoje estão sob responsabilidade da Secretaria de Governo, que deixará de existir.

lideranças para dar a maior prioridade possível ao projeto, mesmo sem regime de urgência, e todos se comprometeram a votar no máximo até a Semana Santa", disse Lyra Neto.

O fortalecimento das micro e pequenas empresas foi um dos três objetivos estratégicos definidos na reunião do secretariado ontem. Os demais são a promoção da sustentabilidade e convivência no semiárido e a interiorização da economia, tendo como base ações em parceria com o Porto Digital. O ciclo de reuniões de monitoramento também foi reduzido de seis semanas para

uma a cada mês.

O governador disse ter ficado satisfeito com o resultado da primeira reunião. Segundo ele, a equipe mostrou comprometimento, a continuidade das ações deixadas pelo ex-governador Eduardo Campos foi ratificada e novas políticas públicas serão criadas. A reunião do secretariado durou mais de quatro horas.

"Foi a primeira reunião do meu secretariado. Fiquei feliz e otimista com integração da antiga e nova equipe. Todos demonstraram o mesmo comprometimento. Foram reafirmadas todas as ações de Eduardo Campos e

Saiba mais

CPRH - Ficou definido ontem que o diretor da Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH), Paulo Teixeira, assumirá a presidência do órgão. O Lafepe continua sob comando interino de Denise Scalzo. E Reginaldo Valença administra o Arquipélago de Fernando de Noronha, também interinamente.

iniciamos novas políticas públicas", relatou.

VISITAS

Ontem, João Lyra Neto fez visitas de cortesia ao Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), na condição de governador e ressaltou a parceria com aquele poder. À noite, o socialista foi à Assembleia Legislativa e participou das comemorações dos 179 anos da Casa de Joaquim Nabuco.

Assunto: Luiz Rocha Neto é homenageado	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: POLÍTICA	Seção/Repórter: Mirella Araújo
Página: 8	Data: 10/04/2014

Política



JUIZ falou da importância das VEPs para a sociedade

▶ **ÁGAPE**

Luiz Rocha Neto é homenageado

MIRELLA ARAÚJO

O juiz da 1ª Vara de Execuções Penais (VEP), Luiz Rocha Neto, a convite do Caxangá Ágape, proferiu uma palestra ontem, em um restaurante da Zona Sul do Recife, sobre a "Importância da Vara de Execuções Penais para a sociedade brasileira. Momentos antes, o ex-presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), o desembargador Jovaldo Nunes, saudou o homenageado pelo clube, e chamou atenção para as dificuldades que o Poder Judiciário encontra em dar mais

celeridade às ações processuais.

"Em Pernambuco, essa realidade não é diferente dos demais estados do País, mas o Poder Judiciário ainda merece a confiança da população e não podemos frustrá-la", disse Jovaldo Nunes. Responsável por metade da população carcerária do Estado (um total de 30 mil apenados), o juiz Luiz Rocha ressaltou a complexidade do trabalho que envolve a 1ª Vara - responsável por dez unidades prisionais, as duas penitenciárias femininas e o centro de triagem, o Cotel ,

mas que após um ano de sua gestão conseguiu zerar os três mil processos acumulados.

De acordo com o magistrado, é necessário rediscutir a eficiência do encarceramento - só em Pernambuco há um déficit de 20 mil vagas. Por isso, Rocha defende o uso do monitoramento eletrônico como regime penal. "Não sei se a criminalização do racismo, e não tenho dados para isso, levou a contenção desse crime. O que nós sabemos é que ele ainda continua ocorrendo. E é necessário ter uma análise maior do sistema prisional, com in-

vestimentos pesados na capacitação do reeducando", afirmou. O presidente do TJPE Frederico Neves também esteve presente à homenagem.

MENSALÃO

Preso no regime semi-aberto pelo envolvimento no mensalão, desde janeiro, o ex-deputado federal Pedro Corrêa ainda não obteve autorização da Justiça para trabalhar. Segundo o juiz Luiz Rocha, o processo segue em tramitação normal, sem privilégios, e não há data para o deferimento deste pedido.

Assunto: Julgamento deve ocorrer depois de dezenove anos

Veículo: Folha de Pernambuco

Editoria: COTIDIANO

Seção/Repórter:

Página: 4

Data: 10/04/2014

Cotidiano

Esperança aos familiares

Julgamento deve ocorrer depois de 19 anos

MULHER FOI morta pelo companheiro em 1995 porque vestia uma roupa que o desagradou. Ele permanece em liberdade

PRISCILLA AGUIAR

A roupa escolhida por Christina Gabrielsen em 11 de novembro de 1995 motivou uma discussão que resultou no seu assassinato, no bairro dos Afilhos, no Recife. Passados quase 20 anos, o acusado do crime, o ex-companheiro da vítima, Anthoner Ferreira Belleza Neto, continua em liberdade. A sessão de julgamento pelo Tribunal do Júri está marcada para o próximo dia 16. A família, no entanto, teme que manobras da defesa do acusado voltem a adiar o julgamento, que já foi remarcado duas vezes. O caso vem sendo acompanhado pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Violência Contra Mulher, que conside-

ra o caso emblemático e em seu relatório final emitiu recomendações ao Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública considerando inaceitáveis as manobras que a defesa de Anthoner vem fazendo desde a morte de Christina obtendo a prescrição do crime.

A questão para a CPMI e para os parentes de Christina é maior do que o fato em si. "Um caso que se passa quase 20 anos para se ter um julgamento gera para a sociedade o sentimento de impunidade", destacou o filho de Christina, Pedro Gabrielsen, que tinha 9 anos quando a mãe foi assassinada pelo padrasto.

No último domingo, os parentes de Christina realizaram um ato no Parque da Jaqueira pedindo justiça. A expectativa é pela condenação e prisão do homem, que sequer foi detido após ceifar a vida da ex-mulher. Além disso, o acusado já havia ameaçado matá-la mais de uma vez e, de acordo com parentes da vítima, alardeava a condição de uma família de magistrados e políticos para justificar a sua possível impu-



PARENTES da vítima realizaram um ato no Parque da Jaqueira pedindo justiça

Folha resume

Está marcado para o próximo dia 16 o julgamento do homem acusado do assassinato de Christina Gabrielsen, em 11 de novembro de 1995. O caso é considerado emblemático pela CPMI da Violência Contra Mulher. Em quase 20 anos, Anthoner Ferreira Belleza Neto nunca foi preso.

nidade. "É um dos casos mais antigos do Brasil. As provas são bem robustas. Ele nunca prestou depoimento do fato. O primeiro argumento da defesa foi de que foi um assalto, mas isso foi logo descartado tanto pela perícia quanto por conta do tiro. Ele deu um tiro na boca de cima pra baixo, na mandíbula. Isso deu tempo pra ele ser hospitalizado e nunca foi preso", lembrou Pedro Gabrielsen.

A morosidade da Justiça em casos como o de Christina Ga-

abrielsen e de outras mulheres vítimas de violência como Maristela Just (1989), Taciana Barbosa (2008) e Izaelma Tavares (2011), chamam a atenção. "É necessário que se cumpra o que a lei prevê, que é um julgamento rápido, sem manipulação e sem qualquer indício de tentar proteger o agressor. Que ele seja de fato julgado com o rigor da lei e devidamente punido", salientou a relatora da CPMI da Violência Contra Mulher, a senadora Ana Rita (PT-ES).

Casos semelhantes, dores compartilhadas

Quando acertou a ex-mulher, a professora Izaelma Cavalcante Tavares, de 36 anos, o policial civil Eduardo Moura também afetou de alguma forma as pessoas mais próximas a ela. O filho do casal, que na época tinha 5 anos e dois meses, presenciou o crime e até hoje tem alguma reação física ao escutar o nome do pai. Ele vive com a avó, a dona de casa Antônia Cavalcanti Vieira, 59, que também não consegue esquecer o que houve com a filha. "Ele tem acompanhamento psicológico, mas as melhoras são poucas. A gente está tentando resgatar a vida dele, porque ele foi morto junto. São dois anos de dor.

Quando escuta o nome Eduardo (do pai) ele fica com febre, vomita", afirmou a dona de casa.

O crime aconteceu em 2011. De lá pra cá, os números com relação aos homicídios contra a mulher são uma espécie de gangorra. Somente em 2013, 246 delas foram mortas, 36 casos a mais que no ano de 2012. Neste período, também houve avanços. A implantação do projeto Patrulha Maria da Penha, em que viaturas chegam mais rápido às situações de violência doméstica é um exemplo, assim como o monitoramento eletrônico dos homens acusados de agressões contra mulheres.

Saiba mais

JULGAMENTO - A sessão do júri que irá decidir a culpabilidade ou inocência do réu será presidida pelo juiz Ernesto Bezerra Cavalcanti, da 1ª Vara do Tribunal do Júri do Recife. O veredicto dependerá do entendimento das pessoas que irão compor o Conselho de Sentença, grupo que representa a sociedade. O promotor de Justiça Fabiano Saraiva foi designado pelo Ministério Público de Pernambuco como representante da acusação.

Assunto: Varas Cíveis da Capital podem ter novo horário de atendimento	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 10/04/2014
Editoria:	Seção:



Varas Cíveis da Capital podem ter novo horário de atendimento

Um projeto de lei apresentado pela Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) propõe que as 34 Varas Cíveis da Capital tenham o horário de atendimento ao público ampliado. A proposta é que o expediente aconteça em dois turnos ininterruptos, das 7h às 19h.

Se o projeto for aprovado as varas passam a ter dois juízes. A ideia da iniciativa é melhorar a prestação jurisdicional nas unidades que, juntas, possuem um acervo de 115 mil e 508 processos, que correspondem a 49% dos processos que tramitam na capital.

O projeto será avaliado pelo Pleno do Tribunal e se for aprovado será encaminhado à Assembléia Legislativa.

Assunto: Segundo Mutirão de Conciliação é realizado em Capoeiras, no Agreste	
Veículo: g1 Pe	Data: 10/04/2014
Editoria:	Seção:



PERNAMBUCO
CARUARU E REGIÃO



Segundo Mutirão de Conciliação é realizado em Capoeiras, no Agreste

Estão previstas audiências de conciliação, instrução e julgamento. Objetivo é reduzir a taxa de congestionamento do acervo da comarca.

Será realizado nesta quarta-feira (9) o 2º Mutirão de Conciliação de [Capoeiras](#), no Agreste pernambucano. O evento é idealizado pelo juiz Francisco Tojal, da Vara Única da comarca do município.

O juiz e mais quatro servidores selecionaram 80 ações indenizatórias de Procedimento Sumário. Elas "englobam audiências de conciliação, instrução e julgamento. Caso não haja conciliação entre partes, ocorrerá audiência de instrução com o juiz, e caso seja necessário, o posterior julgamento", explica a assessoria de imprensa do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE).

Ainda de acordo com o departamento, o objetivo do mutirão é promover a redução da taxa de congestionamento do acervo da Vara Única de Capoeiras. As audiências serão realizadas entre as 9h e 18h. O evento está previsto para ocorrer também no dia 16 de abril.

Serviço

2º Mutirão de Conciliação de Capoeiras

Local: Fórum Adalberto Bezerra de Melo

Endereço: Avenida Aprígio Inácio Cordeiro, sem número, Centro

Dias: quartas-feira (9 e 16/04)

Horário: 9h às 18h

Assunto: Varas Cíveis da Capital podem ter novo horário de atendimento	
Veículo: folhape.com.br	Data: 10/04/2014
Editoria:	Seção:



Projeto de lei pretende estender o horário de atendimento das Varas Cíveis de Recife

Caso seja aprovada pela Alepe, unidades poderão dobrar capacidade de atendimentos

Foi apresentado pela Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), um novo projeto de lei que pode estender o horário de atendimento das 34 Varas Cíveis da capital pernambucana. O projeto propõe que o expediente das unidades seja dividido entre dois turnos ininterruptos, com atendimento das 7h às 19h. Sendo assim, as varas vão passar a contar com dois juízes, cada. O acervo das unidade, juntas, é de 155 mil e 508 processos, por isso a iniciativa busca melhorar a prestação jurisdicional.

Caso a proposta seja aprovada pelo Plano Tribunal, ela será encaminhada para a Assembleia Legislativa. Cerca de 49% dos processos que tramitam pela capital pernambucana estão concentrados nas Varas Cíveis. Os juízes que trabalham nas unidades acreditam que com a aprovação da lei, a capacidade de julgamento das varas poderá ser dobrado.

Assunto: Capoeiras recebe mutirão de conciliação para julgar 80 ações indenizatórias	
Veículo: NE 10	Data: 10/04/2014
Editoria:	Seção:



Capoeiras recebe mutirão de conciliação para julgar 80 ações indenizatórias

O município de Capoeiras, no Agreste pernambucano, recebe nesta quarta-feira (9) e no próximo dia 16, o segundo mutirão de conciliação promovido pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). A ação, idealizada pelo juiz da comarca local, Francisco Tojal, ocorre no Fórum Adalberto Bezerra de Melo, localizado na Avenida Aprígio Inácio Cordeiro, s/nº, no centro da cidade.

Durante o mutirão, o magistrado, juntamente com uma equipe de mais quatro servidores, selecionou 80 ações indenizatórias que englobam audiências de conciliação, instrução e julgamento. Caso não haja conciliação entre partes, ocorrerá audiência de instrução com o juiz, e caso seja necessário, o posterior julgamento.

As audiências serão realizadas das 9h às 18h e o objetivo do evento é movimentar os referidos casos, e assim promover a redução da taxa de congestionamento e do acervo da Vara Única de Capoeiras.

Assunto: Bradesco é condenado a pagar mais de R\$ 50 mil por demorar no atendimento ao cliente	
Veículo: NE 10	Data: 10/04/2014
Editoria:	Seção:



Bradesco é condenado a pagar mais de R\$ 50 mil por demorar no atendimento ao cliente

O Banco Bradesco S/A terá que pagar uma multa de R\$ 50.083,60 por descumprir a lei estadual que estabelece o tempo máximo de 30 minutos de espera em filas de agências bancárias. O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) manteve o valor estabelecido pelo Programa de Orientação e Proteção ao Consumidor (Procon), uma vez que o banco não dispõe de chancela mecânica ou eletrônica para registrar a entrada e saída dos clientes, o que provoca demora no atendimento. O Bradesco pode recorrer da decisão no prazo de cinco dias, a contar dessa quarta-feira (9), data em que a sentença foi publicada no Diário de Justiça Eletrônico.

Todas as agências bancárias de Pernambuco, de acordo com a Lei Estadual nº 12.264, de 18 de setembro de 2002, são obrigadas a manter, na área de seus caixas, um número de funcionários compatível com o fluxo de clientes da unidade. A norma considera o tempo de 15 minutos de espera em dias comuns e até 30 minutos em vésperas ou dias imediatamente seguinte a feriados, em datas de vencimento de tributos, pagamento de salários de servidores públicos, entre outros.

O banco pediu desconstituição da multa imposta pelo Procon e questionou a legalidade da imposição do tempo máximo de 15 minutos de espera para atendimento dos usuários dos serviços bancários em dias normais, afirmando que cabe à União e não à lei estadual fiscalizar o funcionamento das instituições bancárias.

O relator do processo, o desembargador Antenor Cardoso Soares Júnior, manteve a decisão do juiz, uma vez que a lei federal aborda a fiscalização das questões atinentes ao sistema monetário, da política de crédito, câmbio, seguros e transferências de valores, itens que não são contemplados na lei estadual.

"A lei estadual de nº 12.264/02 trata apenas da forma da prestação dos serviços bancários, como a definição do tempo máximo destinado ao atendimento dos consumidores dos mencionados serviços. Portanto, a lei estadual guerreada está, pois, tratando de questões locais, estaduais - aspectos práticos da vida cotidiana das cidades e das pessoas -, aspectos estes afetos aos Entes Estadual, Municipal e Distrital e ao poder de polícia de que dispõem, e que podem ser objeto das respectivas legislações", registrou o magistrado.

Assunto: Governador é recebido pelo presidente do TJPE no Palácio da Justiça	
Veículo: Blog da Folha	Data: 10/04/2014
Editoria:	Seção:



Lyra fala em união de Poderes em visita ao TJPE

O governador de Pernambuco, João Lyra Neto (PSB), visitou, no início da tarde desta quarta-feira (09), o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), onde foi recebido pelo presidente da Corte, desembargador Frederico Neves. A visita foi a primeira ao Poder Judiciário desde que o socialista assumiu o cargo, na última sexta-feira.

Lyra foi recebido por membros da Corte, entre eles ex-presidentes do TJPE. No seu breve discurso, no Salão Nobre do Tribunal, o governador ressaltou a importante relação institucional entre o Executivo e o Judiciário. “Quando há união dos Poderes, o grande beneficiado é o povo. Coloco-me à disposição do TJPE”, disse o socialista.

Em conversa com a imprensa, o desembargador Frederico Neves, presidente do Tribunal, ressaltou que Pernambuco tem uma tradição de harmonia, de sintonia entre os três Poderes, e que com a chegada de João Lyra Neto ao governo, isso deve continuar.

“A visita do governador ao Judiciário atesta de forma clara e inequívoca essa preocupação do governador de manter um bom relacionamento com o Judiciário. E estamos muito felizes com essa visita, satisfeitos com essa visita e pretendemos também fazer uma visita ao governador de retribuição a esse gesto magnânimo”, disse. “Tenho dito reiteradas vezes que é melhor sermos fortes na união do que fracos na dispersão. E nós estamos unidos aqui em Pernambuco, o Judiciário, Legislativo e Executivo”, continuou.

A visita, segundo o desembargador, ainda não tem data definida. Lyra deve encaminhar uma data para que o encontro ocorra. Mais tarde Lyra vai à Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe), onde participa de solenidade no Legislativo estadual.

Neves ainda elogiou o governador do Estado. “O governador João Lyra é um homem altamente competente, comprometido com os interesses da população pernambucana, de forma que eu não tenho a mínima dúvida de que com ele no governo as ações serão continuadas visando a melhoria do povo pernambucano”, afirmou.

Assunto: Governador é recebido pelo presidente do TJPE no Palácio da Justiça	
Veículo: CNJ	Data: 10/04/2014
Editoria:	Seção:



Projeto de lei prevê descentralização do 2º Grau em Pernambuco

Projeto de lei de iniciativa do presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Frederico Neves, prevê a descentralização do 2º Grau de Jurisdição do Judiciário estadual. A proposta visa facilitar o acesso da população do Interior ao Tribunal, tradicionalmente sediado em Recife. O projeto ainda será apreciado pelo Pleno do TJPE e, caso aprovado, vai para a Assembleia Legislativa.

O documento propõe a criação de duas Câmaras Regionais. A primeira delas instalada em Caruaru, com jurisdição sobre as comarcas do Agreste, atendendo 2,3 milhões de habitantes. A unidade absorveria um estoque de 3.809 recursos, com uma distribuição anual de 4.693 recursos.

A segunda Câmara Regional seria instalada no Sertão, em comarca ainda a ser definida, e atenderia 1,6 milhão de jurisdicionados. A unidade teria um estoque de 2.545 recursos e uma distribuição anual estimada em 3.341 recursos. Na região há comarcas situadas a mais de 800 quilômetros da Capital, com população, na sua imensa maioria, de baixa renda.

A possibilidade de descentralização do Tribunal de Justiça já está prevista na Constituição Federal. "O legislador constituinte derivado, pela via Emenda nº 45, de 8 de dezembro de 2004, traçou a diretriz normativa da descentralização do segundo grau de jurisdição, prevendo, no artigo 125, parágrafo 6º, que o Tribunal de Justiça poderá constituir Câmaras Regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à Justiça em todas as fases do processo", comentou Frederico Neves.

A proposta, segundo o presidente, está em sintonia com o desenvolvimento do estado, que vem apresentando, nos últimos seis anos, elevado crescimento econômico. "Em conclusão, diante desse cenário, propõe-se um novo modelo, que representa a ruptura com a tradição secular do funcionamento centralizado das funções jurisdicionais do Tribunal de Justiça, firme na convicção de que, tal iniciativa, ao fim e ao cabo, resultará, sem nenhuma dúvida, na redução de custos para os operadores do direito e para os cidadãos dessas localidades, com ganho de eficiência", arrematou.

Fonte: TJPE